

Área Temática:
9.Administração Pública

Políticas Públicas de Bem-Estar: a validação do modelo de Ahmed e Jackson no contexto brasileiro

Welfare State: validation of Ahmed and Jackson's model in Brazilian context

AUTORAS

LUCIANA FLORES BATTISTELLA

Universidade Federal de Santa Maria
luttibattistella@gmail.com

CAROLINA IUVA MELLO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
carolinaiuva@gmail.com

REGINA FONTINELLI DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
regi.fonts@gmail.com

THAÍS PELLEGRIN ANSCHAU

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
thais_anschau@hotmail.com

Resumo:

Nos últimos anos, as políticas públicas de bem-estar social vêm sendo questionadas, pois não conseguem dar respostas satisfatórias às novas expressões da questão social no âmbito da economia globalizada. Ao analisar o nível de publicações sobre políticas de bem-estar no país, percebe-se que o tema ainda é incipiente comparado com o exterior. Percebeu-se que o nível de publicações internacionais, através de uma pesquisa bibliométrica na base *Web of Science*, o tema vem sendo considerado um *hot topic*. Este artigo se propõe a traduzir e validar, para o contexto nacional, o modelo proposto por Ahmed e Jackson (1979 apud BEARDEN, NETEMEYER e MOBLEY, 1999) que busca avaliar percepções em relação às políticas públicas de bem-estar. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa do tipo *survey* com 101 universitários. Para validação realizou-se o cálculo do alfa de Cronbach, seguido de uma análise fatorial exploratória com o objetivo purificar o modelo. Após, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para tentar estabelecer relações entre as dimensões do constructo e realizou-se a modelagem de equações estruturais para analisar a força das correlações existentes no modelo. Os resultados da validação mostraram-se satisfatórios.

Palavras-chave:

Políticas Públicas; Bem-estar; Percepção.

Abstract:

In the last few years, public policies of social welfare have been questioned, because they do not give satisfactory answers to the new expressions of social questions in the globalized economic context. By analyzing the level of publications about national welfare policies it is possible to perceive that the subject matter is incipient when compared to the level of publications abroad. It was noticed, through bibliometric research on the *Web of Science* database, that the subject has been considered a hot topic. This paper aims to translate and validate the model proposed by Ahmed and Jackson (1979 apud BEARDEN, NETEMEYER and MOBLEY, 1999), which seeks to evaluate perceptions related to public policies of welfare, into the national context. In order to do this, a survey with 101 college

students was performed. For validation, the calculation of Cronbach's alpha was conducted, followed by the exploratory factor analysis in order to purify the model. Afterward, the Pearson correlation coefficient was employed in an attempt to establish relations among dimensions of construct. Furthermore, structural equation modeling was used to analyze the strength of correlations in the model. The results of validation were satisfactory.

Key-words:

Public Policies; Welfare; Perception.

1. Introdução

As políticas públicas de bem-estar são aquelas destinadas à redistribuição de renda para os pobres, assim como os programas promovidos pelos governos com vistas a fornecer alguma segurança econômica em caso de invalidez, velhice ou desemprego (BLEKESAUNE, 2007). Desde o século XVI, todas as sociedades ocidentais têm desenvolvido métodos de distribuição de sustento para os seus membros mais vulneráveis. Entretanto, os gastos com assistência pública nas democracias capitalistas ocidentais demonstraram um rápido crescimento, imediatamente, após a Segunda Guerra Mundial, enfraquecendo somente na década de 1970 (QUADAGNO, 1979).

O governo brasileiro, assim como muitos outros, possui um sistema de políticas públicas que visam o bem-estar da sociedade. Essas políticas, denominadas de assistenciais, englobam programas como o Bolsa-Família, Luz para Todos, ProUni, entre outros. O principal objetivo desses programas é prover auxílio aos cidadãos de baixa-renda para que possam participar ativamente da sociedade, ou seja, são políticas de inclusão social.

Nos últimos anos, as políticas públicas de bem-estar social vêm sendo questionadas, pois não conseguem dar respostas satisfatórias às novas expressões da questão social no âmbito da economia globalizada. O crescimento do desemprego de longa duração e o correspondente surgimento de um elevado contingente de beneficiários da seguridade social tem como consequência uma crise aguda no financiamento dessa política (DIAS, 2006).

Entre as diversas pesquisas existentes sobre o tema, destaca-se o interesse a respeito das percepções da população quanto às políticas públicas de bem-estar social, ou seja, seu posicionamento quanto aos programas sociais ofertados pelo governo. Ao se analisar o nível de publicações internacionalmente, através de uma pesquisa bibliométrica na base *Web of Science*, percebeu-se a relevância do tema, sendo considerado um *hot topic*. Já nacionalmente, optou-se por estudar os anais dos eventos EnANPAD e EnAPG, promovidos pela ANPAD, pois acredita-se que eventos são a maneira mais rápida de difusão do conhecimento gerado pela academia devido à defasagem, normalmente, existente entre o envio do artigo e sua publicação pelos periódicos científicos. Percebeu-se que pesquisas sobre o tema ainda são incipientes no país.

Com base no exposto, este artigo busca validar o modelo proposto por Ahmed e Jackson (1979 apud BEARDEN et al., 1999) para análise de percepção em relação às políticas públicas de bem-estar social. Para isso, realizou-se uma pesquisa quantitativa do tipo *survey* com 101 universitários dos cursos de Filosofia, Arquivologia, Produção Editorial, Jornalismo e Farmácia da Universidade Federal de Santa Maria. Para validação, primeiramente, realizou-se o cálculo do alfa de Cronbach para verificação da confiabilidade dos construtos teóricos, seguido de uma análise fatorial exploratória com o objetivo purificar o modelo. Após, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para tentar estabelecer relações entre as dimensões do constructo e realizou-se a modelagem de equações estruturais para analisar a força das correlações existentes no modelo. Por fim, são apresentadas as médias e desvios-padrão da amostra pesquisada.

2. Análise das publicações sobre o tema

Na maioria dos países, os governos fornecem alguma segurança econômica em caso de invalidez e velhice; em alguns, também, fornecem segurança econômica para os desempregados. Vários países têm políticas de renda mínima e/ou políticas destinadas a redistribuir renda para os pobres. Coletivamente, esses programas são chamados de políticas públicas de bem-estar (BLEKESAUNE, 2007).

Este artigo trata das percepções ou atitudes da população em relação às políticas públicas de bem-estar oferecidas pelo governo e, para melhor contextualização do tema, buscou-se analisar sua evolução através das publicações disponibilizadas no sistema *Web of*

Science, do índice de citações *ISI Citation Indexes*. Realizou-se uma pesquisa bibliométrica, utilizando-se as palavras ‘*welfare state*’ e ‘*attitude*’ em tópico para a busca. A princípio não foi restringido o período, pois o que se pretendia em um primeiro momento era analisar a quantidade de publicações sobre o tema ao longo dos anos. O total de publicações encontradas foi 629 e, como é possível perceber na Figura 1, o tema tem estado em maior evidência nos últimos anos, culminando em 68 publicações em 2011.

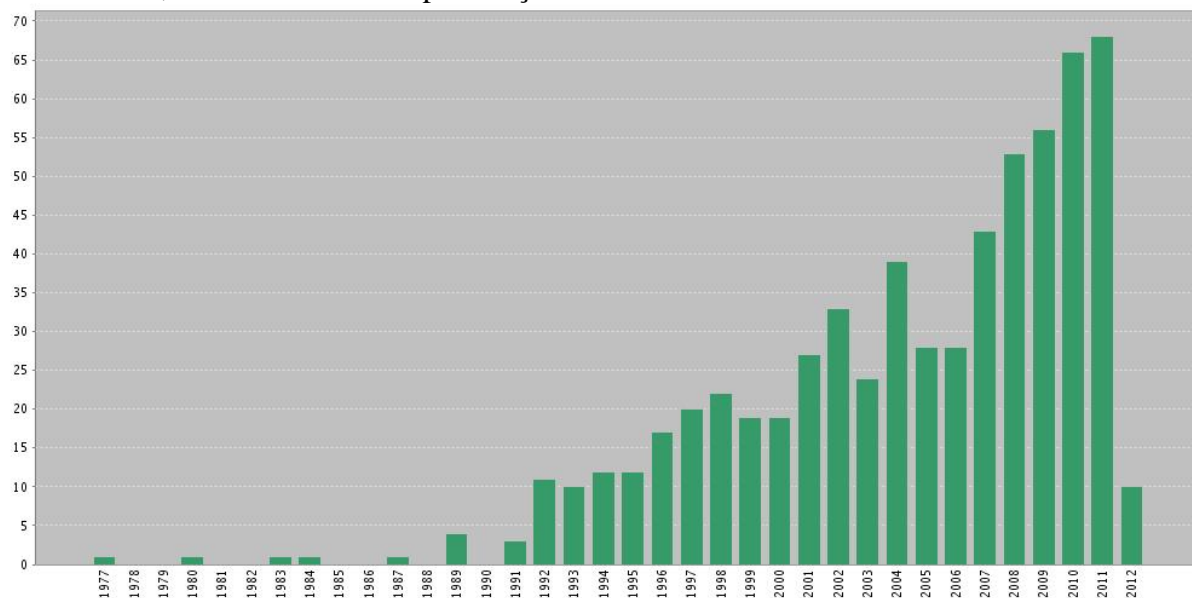


Figura 1: Publicações por ano

Posteriormente, para analisar a relevância das publicações para a área acadêmica, restringiu-se a pesquisa para artigos publicados na última década (de 2002 até o presente), no qual foram encontrados 419 artigos com uma média de 5,3 citações por item e 201 por ano, demonstrando a relevância do tema. Encontrou-se o índice h (*h-index*) de 22. Tal índice foi proposto por Hirsch (2005) e é obtido através do número de citações de um tópico ou combinação em determinado período, listados em ordem decrescente de citações. É encontrado em publicações que tenham obtido um número de citações igual ou maior à sua posição no ranking. Já o índice m (*m-index*) encontrado foi 2, o que permite considerar o tema emergente, pois, orientando-se pelas considerações de Banks (2006), quando o índice m de um tópico for maior ou igual a dois, ele é classificado como “*hot topic*”.

Em se tratando de percepções em relação às políticas públicas de bem-estar, pode-se dizer que em apoio ao estado assistencialista estão os que creem que todos os cidadãos têm direitos sociais básicos, incluindo o direito a um nível aceitável de bem-estar econômico e segurança e o direito de viver de acordo com os padrões sociais vigentes (MARSHALL, 1964 apud BLEKESAUNE; QUADAGNO, 2003). Em oposição, está o conceito de individualismo econômico, que pressupõe que cada pessoa é responsável por seu próprio bem-estar, segundo essa visão, o assistencialismo estatal é prejudicial, pois dispensa alguns cidadãos de suas responsabilidades econômicas (BLEKESAUNE; QUADAGNO, 2003).

Entretanto, alguns pesquisadores, como Gainous, Craig e Martinez (2008), apoiam a teoria de que as pessoas não são polarizadas, mas sim ambivalentes, quanto às suas atitudes em relação à atuação do governo na sociedade, ou seja, possuem simultaneamente avaliações positivas e negativas quanto ao tema. Ao entrevistarem residentes da Flórida, nos Estados Unidos, Gainous, Craig e Martinez (2008), descobriram que aqueles com sentimentos conflitantes são menos propensos a apoiar ações políticas de bem-estar social.

As percepções ou atitudes em relação às políticas de bem-estar podem ser influenciadas por diferentes fatores, Andress e Heien (2001) identificaram quatro principais determinantes:

interesse; valores e normas; diferentes padrões de socialização; e culturas nacionais de bem-estar. De acordo com o argumento do interessado, aqueles que são ou correm o risco de serem beneficiados por programas sociais do Estado são mais propensos a apoiar esses benefícios do que aqueles que são menos propensos a recebê-los (BLEKESAUNE; QUADAGNO, 2003). Por exemplo, em pesquisa envolvendo 39 países, incluindo o Brasil, Blekesaune (2007) percebeu que taxas de emprego mais baixas são associadas pela opinião pública com maior responsabilidade do governo para a provisão econômica e redistribuição de renda.

Já os valores e normas estão associados ao meio no qual o indivíduo está inserido, no caso das políticas públicas as percepções estão fortemente relacionadas ao senso de justiça, ou seja, maneiras percebidas como justas de se distribuir os bens na sociedade. O terceiro fator assume que diferentes processos de socialização conduzem a diferentes valores e normas que, por sua vez, explicam a variação entre indivíduos nas suas crenças e atitudes. Por último, os modelos nacionais de integração cultural esperam certas constantes culturais que se manifestam em ideologias dominantes de justiça ou bem-estar (ANDRESS; HEIEN, 2001).

Diversos artigos, também, foram escritos sobre as particularidades e/ou diferenças existentes nas atitudes em relação às políticas públicas de bem-estar entre países (TAYLOR-GOBY, 1988; ANDRESS; HEIEN, 2001; BLEKESAUNE; QUADAGNO, 2003; BLEKESAUNE, 2007; LJUNGE, 2011). O que evidencia a relevância de se ampliar a tal discussão no Brasil. O presente estudo ao traduzir, para o Brasil, um modelo testado e validado internacionalmente, permitindo avançar a temática e provocar comparações com diferentes países.

Paralelamente ao estudo dos artigos internacionais, buscou-se estudar as publicações sobre políticas públicas de bem-estar no país. Para isso, optou-se por analisar os anais dos eventos EnANPAD (no tema Políticas Públicas e Sociais) no e EnAPG, pois acredita-se que eventos são a maneira mais rápida de difusão do conhecimento gerado pela academia devido à defasagem, normalmente, existente entre o envio do artigo e sua publicação pelos periódicos científicos.

Na última edição do EnAPG, Fadul, Silva e Cerqueira (2010) apresentaram uma análise do campo da Administração Pública utilizando a produção científica publicada nos anais dos EnAPGs até então. O resultado demonstrou que dos 429 artigos analisados, 128 são relativos ao tema políticas públicas e destes 32 são específicos de políticas sociais. Na edição de 2010, somente 7 artigos eram sobre políticas sociais, totalizando 39 publicações sobre o tema, ou 6,76% do total de 577 artigos apresentados nas quatro edições do evento (Tabela 1).

Políticas Sociais	2004 a 2008	2010
Aspectos gerais	11	02
Assistência social	03	-
Economia solidária	03	-
Empreendedorismo social	03	-
Responsabilidade Social	02	-
Combate a pobreza	02	-
Programas sociais	04	03
Eradicação do trabalho infantil	02	-
Emprego e renda	01	02
Direitos Humanos	01	-
Total	32	07

Tabela 1: Artigos por assunto na área de Políticas Sociais nos EnAPGs

Fonte: Adaptado de Fadul, Silva e Cerqueira, 2010

Já ao se analisar os anais do EnANPAD, percebeu-se que, somente a partir de 2001, o tema políticas públicas e/ou sociais foi destacado como subárea da administração pública.

Deste então, de 2001 até 2011, encontraram-se 405 artigos dos quais 30 podem ser classificados como políticas públicas de bem-estar, o equivalente a 7,41% do total. Classificaram-se estes 30 artigos de acordo com a divisão por temas proposta por Fadul, Silva e Cerqueira (2010) ao analisar os anais do EnAPG. O resultado desta classificação pode ser visto na Tabela 2.

Políticas Sociais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Aspectos gerais	01	01						01			01
Assistência social								01			
Economia solidária											02
Empreendedorismo social			01								
Responsabilidade social											
Combate a pobreza	01	01				01					
Programas sociais				01		02	02	02	01	01	07
Erradicação do trabalho infantil											
Emprego e renda				01		01		01			
Direitos Humanos											
Total	02	02	01	02	00	04	02	05	01	01	10

Tabela 2: Artigos por assunto na área de Políticas Sociais nos EnANPADs de 2001 a 2011

Percebe-se que, tanto no EnAPG quanto no EnANPAD, a maioria dos artigos nesse tema diz respeito aos programas governamentais. Como afirmado por Fadul, Silva e Cerqueira (2010), ao fazer uma leitura de ações do governo, esses artigos nem sempre geram novos conhecimentos teóricos específicos para o campo, o que é necessário para seu amadurecimento.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, utilizando-se de um instrumento de coleta de dados testado e validado, e quantitativa do tipo *survey* com 101 acadêmicos dos cursos de Filosofia, Arquivologia, Produção Editorial, Jornalismo e Farmácia da Universidade Federal de Santa Maria. O questionário foi o instrumento de coleta de dados utilizado, dividido em duas partes: a primeira buscava identificar as características da amostra, ou seja, as variáveis demográficas e socioeconômicas e a segunda apresentava o modelo proposto por Ahmed e Jackson (1979 apud Bearden et al., 1999) com 40 questões divididas em cinco dimensões, sendo elas: Independência do governo, Moralidade do bem-estar, Amparo, Ética de trabalho e Altruísmo, que mensuraram a importância atribuída às Políticas Públicas Sociais pela população. Nessa segunda etapa do questionário eram apresentadas frases afirmativas e os respondentes utilizavam uma escala do tipo Likert de cinco pontos para identificar seu grau de concordância, sendo 1 discordo totalmente e 5 concordo totalmente.

A escala foi traduzida para o português através do procedimento de tradução reversa e foi submetida a um pré-teste que identificou a necessidade de maior informalidade nas afirmativas. Ajustes foram realizados nas questões tornando-as mais acessíveis. A Figura 2 apresenta cada dimensão da escala com suas variáveis.

Dimensões	Variáveis
Independência do governo (I)	<ol style="list-style-type: none"> 1. As pessoas deveriam resolver seus próprios problemas e não depender da ajuda do governo 2. As pessoas não deveriam precisar da ajuda do governo 3. O governo não deveria gastar dinheiro em cuidados médicos e dentários com grupos de baixa renda 4. Os Programas de Ajuda do governo deveriam ser reduzidos porque eles restringem a liberdade das pessoas

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Cursos de capacitação de desempregados é uma responsabilidade importante do governo 6. Mulheres e crianças desassistidas merecem um maior apoio do governo 7. O governo deveria certificar-se que todos brasileiros tenham suas necessidades básicas atendidas 8. O governo deveria acelerar seu plano para cuidar dos necessitados
Moralidade do bem-estar (M)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pessoas que recebem assistência governamental, por um grande período, tornam-se incapazes de manter-se em um trabalho 2. Receber assistência governamental faz com que as pessoas sintam-se sem valor 3. É errado dar as pessoas dinheiro quando elas não trabalharam para tê-lo 4. Somente uma pessoa sem auto-estima aceitaria assistência pública 5. Um dos mais importantes serviços do governo é o de fornecer assistência pública 6. Assistência governamental é necessária para aqueles que não podem trabalhar, como pessoas com algum tipo de deficiência 7. As despesas do Governo com Programas Assistenciais é um dinheiro bem empregado 8. Assistência pública ajuda a fazer com que os pobres sejam mais produtivos em nossa sociedade
Amparo (N)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ajudar pessoas, em dificuldade a lidar com seus problemas, é muito importante para mim 2. Pessoas necessitadas merecem nossa compaixão e apoio 3. Alguém que é incapaz terá minha atenção e ajuda 4. As pessoas sempre podem contar com a minha ajuda 5. Se alguém está com problemas, é melhor não me envolver 6. É perda de tempo sentir pena dos pobres 7. Ter compaixão e dar conforto às pessoas não serve a propósito algum 8. Tentar ajudar os necessitados normalmente causa mais prejuízo do que benefício
Ética de trabalho (E)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se uma pessoa está disposta a trabalhar duro, não há motivo para que ela não seja bem sucedida 2. Eu não simpatizo com pessoas que poderiam trabalhar, mas optam por não trabalhar 3. Um trabalho de qualquer tipo, mesmo que o salário seja ruim, é melhor do que ser ajudado 4. Uma pessoa merece ganhar somente coisas que ela trabalhou para conseguir 5. Eu sou capaz de entender porque uma pessoa escolheria viver de Programas Assistenciais ao invés de trabalhar 6. Eu acho que as pessoas dão muita ênfase ao valor do trabalho 7. Eu, normalmente, penso que um trabalho tira da pessoa a maior parte de sua vida 8. Trabalhar duro não é mais essencial para o bem-estar da sociedade
Altruísmo (A)	<ol style="list-style-type: none"> 1. As pessoas deveriam pagar impostos com prazer, porque o dinheiro é para uma boa causa 2. Pessoas que tem o suficiente para si têm a responsabilidade de fornecer para os necessitados 3. Todos deveriam contribuir generosamente para aqueles menos favorecidos 4. Eu acredito em doar generosamente para organizações que trabalham em ajudar o próximo 5. A maioria das organizações de caridade é desonesta 6. Dinheiro gasto com “bem-estar” seria melhor utilizado para baixar os impostos 7. A maioria do dinheiro dado aos pobres é desperdiçada 8. Eu não acredito em dar algo de graça

Figura 2: Instrumento de pesquisa

Fonte: Adaptado de Ahmed e Jackson (1979 apud Bearden et al., 1999)

Observa-se que, na Figura 2, as dimensões Independência do governo, Moralidade do bem-estar e Ética de trabalho possuem as variáveis de 1 a 4 reversas, já nas dimensões Amparo e Altruísmo, as variáveis reversas são as de número 5 a 8.

Posterior a coleta dos dados, esses foram tabulados e analisados estatisticamente através do software SPSS. Primeiramente realizaram-se análises de frequência e cruzamentos, para melhor caracterizar a amostra, seguido de uma análise fatorial exploratória com o objetivo de purificar o modelo, utilizou-se também o cálculo do alfa de Cronbach para verificar a confiabilidade dos construtos teóricos. Após a purificação do modelo teórico, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson, na tentativa de estabelecer as relações entre as dimensões do constructo. Para a modelagem de equações estruturais (SEM) foi utilizado o método da máxima verossimilhança para a estimação dos parâmetros. Por fim, são

apresentadas as médias e desvios-padrão do modelo final obtido a partir do modelo adequado pela SEM.

4. Apresentação dos resultados

Os resultados são apresentados em cinco segmentos distintos: caracterização da amostra; identificação da consistência interna dos construtos teóricos; análise fatorial exploratória; e identificação da relação de dependência entre as cinco dimensões do modelo (Independência do governo, Moralidade do bem-estar, Amparo, Ética de trabalho e Altruísmo) e análise das médias e desvios do modelo finalizado.

4.1. Caracterização da amostra

Para compor o perfil da amostra, as pessoas foram questionadas sobre o gênero, idade, classe social, estado civil e ações socioambientais. Os resultados demonstraram que dos 101 respondentes 56 são do **sexo** feminino (55,4%); conseqüentemente, 45 são do sexo masculino, observando-se equilíbrio na amostra quanto ao gênero. Em relação à **idade** a maioria dos respondentes encontra-se na faixa de 19 a 25 anos, com percentual de 64,4%, seguido de 21% com menos de 19 anos.

Quanto ao **estado civil**, 90,1% da amostra é composta por solteiros, 7,9% são casados ou possuem união estável, 1,0% são divorciados e 1,0% se enquadram em outros. Com relação à **renda mensal familiar**, a maioria dos respondentes (23,8%) afirma estar entre R\$ 2.501,00 e R\$ 5.000,00, seguido de 20,8% que possuem renda entre R\$ 1.501,00 a \$ 2.500,00 (Tabela 3).

<i>Renda</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
entre R\$ 100,00 e 400,00	3	3,0
entre R\$ 401,00 e 600,00	5	5,0
entre R\$ 601,00 a 900,00	6	5,9
entre R\$ 901,00 e 1.500,00	17	16,8
entre R\$ 1.501,00 e 2.500,00	21	20,8
entre R\$ 2.501,00 e 5.000,00	24	23,8
entre R\$ 5.001,00 e 8.000,00	18	17,8
acima de R\$ 8.001,00	7	6,9
Total	101	100,0

Tabela 3: Renda mensal familiar dos respondentes

Os respondentes também foram questionados quanto ao desejo de ser politicamente mais ativo, do total de entrevistados 56,4% responderam positivamente, ou seja, desejam ser politicamente mais ativo. Quanto questionados se eram voluntários em algum programa social (ONG, escolas, hospitais, entre outros) observou-se que 87,1% assinalaram negativamente. A análise de Pearson Chi-Square entre estas duas questões não resultou em correlação estatisticamente significativa.

Além dessas, outras duas questões foram elaboradas para analisar o grau de envolvimento dos respondentes com os temas política e religião. Utilizou-se a escala Likert de cinco pontos, sendo 1 pouco envolvido e 5 muito envolvido. Os resultados demonstram que a média para envolvimento político foi de 2,38 e de 2,06 para envolvimento religioso.

4.2. Validação do instrumento

Com o intuito de garantir a validade interna do instrumento de pesquisa, calculou-se a confiabilidade da escala, ou seja, a ausência de erros de mensuração. A confiabilidade da escala, segundo Hair et al. (2000), está diretamente relacionada ao grau em que uma determinada medida está livre de erros aleatórios, podendo ser verificada por meio da

determinação do coeficiente alfa de Cronbach, em uma escala de 0 a 1, no qual valores acima de 0,6 são desejáveis valores. Como o modelo utilizado é dividido em cinco dimensões: Independência do governo, Moralidade do bem-estar, Amparo, Ética de trabalho e Altruísmo, foram elaboradas duas análises de validação, inicialmente, para o modelo todos e, posteriormente, por dimensão.

O valor do alfa de Cronbach inicial para o instrumento como um todo foi de 0,833 considerando-se as 40 variáveis. Posteriormente, cada dimensão foi analisada separadamente e, como recomendado por Hair et al. (2000), foram extraídas as variáveis que, ao serem retiradas, tornariam o índice alfa mais elevado. A Tabela 4 demonstra as variáveis excluídas e o valor final do alfa de Cronbach de cada dimensão do modelo.

<i>Dimensão</i>	<i>Alfa inicial</i>	<i>Variáveis extraídas</i>	<i>Alfa final</i>
Independência do governo	0,609	I1, I2, I3 e I4	0,702
Moralidade do bem-estar	0,523	M2, M4, M5, M6 e M7	0,731
Amparo	0,782	-	0,782
Ética de trabalho	0,560	E5, E6, E7 e E8	0,708
Altruísmo	0,629	A1, A5 e A6	0,700

Tabela 4: Análise da confiabilidade da escala através do coeficiente Alfa de Cronbach

Assim, de um total de 40, o modelo final passou a ter somente 24 variáveis e o valor do alfa de Cronbach para o instrumento utilizado subiu para 0,847.

4.3. Análise Fatorial Exploratória

A análise fatorial exploratória é uma técnica estatística multivariada que pode sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número muito menor de variáveis ou fatores. No presente trabalho, utilizou-se a rotação VARIMAX com o intuito de maximizar o peso de cada variável dentro de cada fator e como critério de extração foi definido autovalor maior que um. As dimensões do modelo foram analisadas separadamente.

Ressalta-se que se optou pela realização da fatorial exploratória no modelo já purificado pelo alfa de Cronbach. Bem como, seguindo os procedimentos recomendados por Malhotra (2006), utilizou-se o critério de exclusão de variáveis com comunalidades inferiores a 0,50.

A mensuração da adequação da aplicação da análise fatorial para um determinado conjunto de dados se dá através de dois testes: esfericidade de Bartlett e Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). O primeiro visa identificar se a correlação entre as variáveis é significativa a ponto de apenas alguns fatores poderem representar grande parte da variabilidade dos dados. O segundo busca identificar se a correlação entre cada par de variáveis pode ser explicada pelas outras variáveis que formam o constructo, valores iguais ou menores do que 0,5 indicam que a análise fatorial é insatisfatória.

Para saber se o modelo resultante da fatorial representa bem os dados foi utilizado o critério de porcentagem da variância, ou seja, o número de fatores extraído é determinado de maneira que a porcentagem cumulativa da variância extraída pelos fatores atinja um nível satisfatório. Segundo Pestana e Gageiro (2000), este nível satisfatório está em torno de 60% da variância total explicada.

Iniciou-se a análise pela dimensão Independência do governo, sendo necessário excluir a variável I5 (Cursos de capacitação de desempregados é uma responsabilidade importante do governo) por possuir comunalidade inferior a 0,50. O teste de esfericidade de Bartlett forneceu um valor de 65,425 com significância de 0,000. Conclui-se então, que a aplicação da análise fatorial é adequada e que poucos fatores poderão explicar grande proporção da variabilidade dos dados. O valor do KMO foi de 0,585, resultado que, segundo

Pestana e Gageiro (2000), é considerado aceitável. Quanto ao número de fatores, como era esperado, foi encontrado apenas um, que explica 63,6% da variância total.

Já na dimensão Moralidade do bem-estar, encontraram-se os seguintes resultados: teste de esfericidade de Barlett de 71,820 com significância de 0,000; KMO de 0,629; e apenas um fator com variância de 65,6%. Na dimensão Amparo, foi necessário excluir as variáveis N4 a N8 por possuírem baixas comunalidades e os resultados da análise fatorial foram: teste de esfericidade de Barlett de 54,87 com significância de 0,000; KMO de 0,670; a variância do fator de 63,5%. Na análise da Ética de trabalho, a variável E2 foi excluída. O teste de esfericidade de Barlett foi de 54,8, com significância de 0,000; KMO de 0,636; a variância do fator de 62,4%. Finalmente, na dimensão Altruísmo, depois de descartadas as variáveis A7 e A8, os resultados foram: teste de esfericidade de Barlett de 68,46 com significância de 0,000; KMO de 0,595; variância do fator de 64,33%. A Tabela 5 apresenta a estrutura fatorial final do construto analisado.

Itens	Descrição das variáveis	Carga	Comunalidade
FATOR 1–Independência do governo– Alfa de Cronbach: 0,697			
I6	Mulheres e crianças desassistidas merecem um maior apoio do governo	0,753	0,567
I7	O governo deveria certificar-se que todos brasileiros tenham suas necessidades básicas atendidas	0,746	0,556
I8	O governo deveria acelerar seu plano para cuidar dos necessitados	0,886	0,785
FATOR 2 – Moralidade do bem-estar - Alfa de Cronbach: 0,731			
M1	Pessoas que recebem assistência governamental, por um grande período, tornam-se incapazes de manter-se em um trabalho	0,829	0,688
M3	É errado dar as pessoas dinheiro quando elas não trabalharam para tê-lo	0,877	0,769
M8	Assistência pública ajuda a fazer com que os pobres sejam mais produtivos em nossa sociedade	0,715	0,512
FATOR 3 – Amparo – Alfa de Cronbach: 0,712			
N1	Ajudar pessoas, em dificuldade a lidar com seus problemas, é muito importante para mim	0,823	0,678
N2	Pessoas necessitadas merecem nossa compaixão e apoio	0,802	0,643
N3	Alguém que é incapaz terá minha atenção e ajuda	0,764	0,584
FATOR 4 –Ética de trabalho – Alfa de Cronbach: 0,683			
E1	Se uma pessoa está disposta a trabalhar duro, não há motivo para que ela não seja bem sucedida	0,757	0,573
E3	Um trabalho de qualquer tipo, mesmo que o salário seja ruim, é melhor do que ser ajudado	0,759	0,576
E4	Uma pessoa merece ganhar somente coisas que ela trabalhou para conseguir	0,850	0,723
FATOR 5 – Altruísmo – Alfa de Cronbach: 0,719			
A2	Pessoas que tem o suficiente para si têm a responsabilidade de fornecer para os necessitados	0,721	0,520
A3	Todos deveriam contribuir generosamente para aqueles menos favorecidos	0,887	0,786
A4	Eu acredito em doar generosamente para organizações que trabalham em ajudar o próximo	0,790	0,624

Tabela 5: Estrutura fatorial final do construto

Após as análises, concluí-se que o modelo é considerado adequado para a mensuração das percepções em relação às políticas públicas de bem-estar, pois todos os índices calculados estavam dentro dos limites considerados como satisfatórios.

4.4. Relacionamento entre as dimensões do modelo

Com o objetivo de identificar a relação entre o desempenho em cada um dos cinco componentes do modelo, foram realizadas análises de correlação. O primeiro passo foi a transformação de cada um dos fatores resultantes da análise fatorial exploratória em uma

única variável. O procedimento adotado foi o da criação de uma nova variável resultante do cálculo das médias de cada variável que formava o fator. A Tabela 6 demonstra tais informações.

Como se pode observar, o fator Independência do governo foi o que obteve uma média final mais elevada, de 4,28 (em uma escala de 1 a 5), seguido de Amparo com 3,59. Dessa forma, verifica-se que os entrevistados são propensos a ajudar os necessitados e acreditam que o governo deve atuar ativamente em favor dos desassistidos. Já a menor média foi encontrada na dimensão Altruísmo, 2,93, coaduna com a idéia de que o governo deve ser o provedor maior do assistencialismo e não colocar nas mãos da sociedade civil tal responsabilidade.

<i>Fator</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-padrão</i>
Independência do governo (I)	I6, I7 e I8	4,28	0,79
Moralidade do bem-estar (M)	M1, M3 e M8	3,10	1,14
Amparo (N)	N1, N2 e N3	3,59	0,99
Ética de trabalho (E)	E1, E3 e E4	3,12	1,05
Altruísmo (A)	A2, A3 e A4	2,93	1,08

Tabela 6: Média dos fatores encontrados

Para analisar a relação entre os diferentes fatores do construto, utilizou-se a correlação de Pearson. A Tabela 7 apresenta os resultados encontrados, observando que nenhuma correlação negativa foi verificada. Hair *et al.* (2005) argumentam que somente ocorre validade discriminante se as correlações forem inferiores a 0,90, o que ocorreu entre todos os constructos analisados. Outro ponto importante, segundo os autores, para comprovação da validade discriminante é de que o quadrado das correlações não pode ser superior à variância extraída pelo fator. Como se pode observar (na parte superior da matriz), o maior valor obtido, 0,336 (33,6%), é inferior à variância extraída pela dimensão de Ética de trabalho (62,4%) e Moralidade do bem-estar (65,6%), comprovando-se a validade discriminante do modelo. Na parte inferior da matriz, foram apresentados os valores já calculados dos coeficientes de correlação, ou seja, o coeficiente de determinação (r^2), que varia de 0 a 1 e mostra a proporção da variação que pode ser explicada em uma variável pela outra.

	<i>Independência do governo</i>	<i>Moralidade do bem-estar</i>	<i>Amparo</i>	<i>Ética de trabalho</i>	<i>Altruísmo</i>
Independência do governo	1	0,028	0,174	0,000	0,035
Moralidade do bem-estar	0,168	1	0,009	0,336	0,069
Amparo	0,417**	0,099	1	0,001	0,289
Ética de trabalho	0,015	0,580**	0,043	1	0,000
Altruísmo	0,188	0,263**	0,538**	0,021	1

** Correlação significativa ao nível de 0,01

Tabela 7: Matriz de Correlação

4.5. Análise Fatorial Confirmatória

Na Análise Fatorial Confirmatória foi utilizado o método da máxima verossimilhança para a estimação dos parâmetros e deu-se foco para os índices baselianos (*Baseline Comparisons*) na verificação do ajuste do modelo global. Seguindo os procedimentos da Análise Fatorial Confirmatória, foram verificados, nos outputs do software Amos, os índices de modificação que gerariam melhorias no modelo. Analisando-se as sugestões sugeridas a luz da teoria, optou-se pela realização de algumas modificações no modelo.

O modelo inicial obteve índices abaixo do satisfatório e, desta forma, utilizaram-se os índices de modificação fornecidos pelo software para melhoria do modelo. Foi realizada a exclusão do item I7 (O governo deveria certificar-se que todos brasileiros tenham suas necessidades básicas atendidas), pois o mesmo possuía uma correlação significativa com outras duas variáveis (M3 e M1) e com a dimensão Amparo, evidenciando, desta forma, uma dúvida na interpretação dos respondentes se o item mensurava Independência do governo, Moralidade do bem-estar ou Amparo.

Além disso, foram adicionadas três correlações significativas: entre o item N2 (Pessoas necessitadas merecem nossa compaixão e apoio) e a dimensão Moralidade, no valor de 0,171; entre E1 (Se uma pessoa está disposta a trabalhar duro, não há motivo para que ela não seja bem sucedida) e A4 (Eu acredito em doar generosamente para organizações que trabalham em ajudar o próximo) no valor de 0,377 e, por último, entre M8 (Assistência pública ajuda a fazer com que os pobres sejam mais produtivos em nossa sociedade) e E3 (Um trabalho de qualquer tipo, mesmo que o salário seja ruim, é melhor do que ser ajudado) no valor de 0,402. Tais correlações indicam que alguns respondentes entenderam que as questões possuíam objetivos muito semelhantes.

A Figura 3 representa o diagrama de caminho (padronizado) com os resultados das equações estruturais para a amostra e os principais resultados estão na Tabela 8.

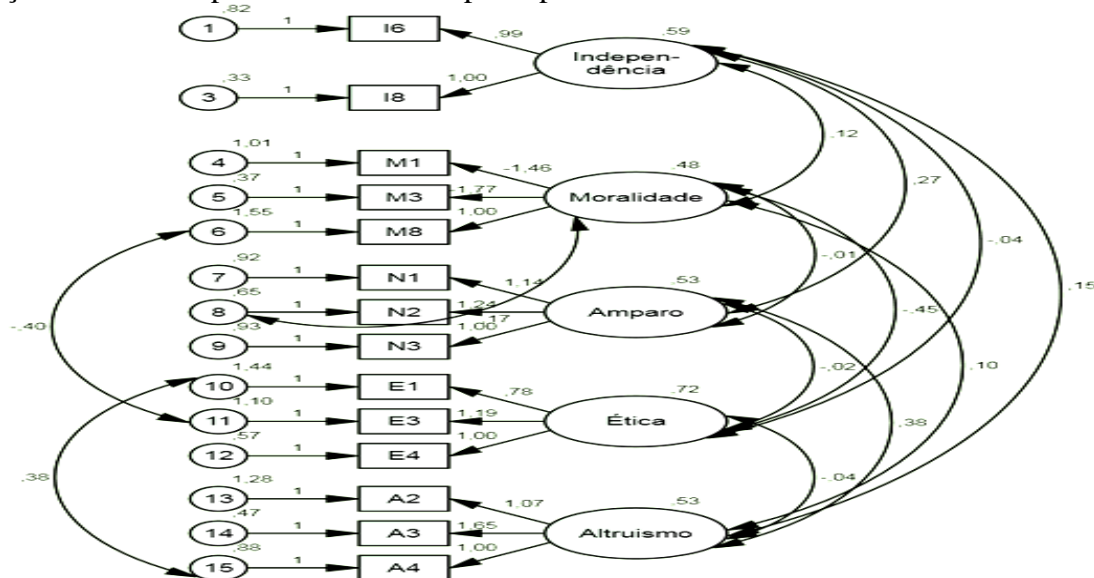


Figura 3: Resultado da modelagem de equações estruturais

Com essas mudanças, os valores finais foram: estatística qui-quadrado (χ^2) com o valor de 85,584; qui-quadrado/graus de liberdade (χ^2/gl) com valor de 1,34; RMSEA com valor de 0,058; RMR com valor de 0,164; GFI com valor de 0,896; NFI com valor de 0,826; RFI, com 0,753; IFI com valor de 0,950; TLI com valor de 0,924 e CFI com valor de 0,946. Para Hair *et al.* (2005), tanto RMSEA como RMR devem ser inferiores a 0,10 e os demais itens superiores a 0,90. Desta forma constata-se o ajuste satisfatório do modelo, pois, os valores encontrados estão muito próximos do recomendado. No presente estudo, os baixos índices encontrados em NFI e RFI derivam do tamanho da amostra.

A unidimensionalidade do modelo é analisada através dos valores dos resíduos padronizados, e como se observa na Tabela 8, todos os valores são inferiores a 2,58 ($p < 0,05$) o que comprova sua unidimensionalidade, sendo que o maior valor foi de 0,395 para o item M3. A validade convergente foi comprovada, pois todos os itens apresentaram cargas fatoriais padronizadas significativas ao nível de 0,01 ($t\text{-valor} \geq 2,33$). Nenhum item apresentou $t\text{-valor}$ abaixo do limite, sendo que o menor valor foi de 2,978 para o item I6.

		Relação	Carga	Carga pad.	Resíduos	t-valor	P
I8	<---	Independência	1,000	0,798			
I6	<---	Independência	0,995	0,644	0,334	2,978	0,003
M8	<---	Moralidade	1,000	0,488			
M3	<---	Moralidade	-1,774	-0,898	0,395	-4,494	***
M1	<---	Moralidade	-1,462	-0,712	0,332	-4,410	***
N3	<---	Amparo	1,000	0,604			
N2	<---	Amparo	1,238	0,746	0,257	4,810	***
N1	<---	Amparo	1,141	0,655	0,231	4,940	***
E4	<---	Ética	1,000	0,747			
E3	<---	Ética	1,186	0,694	0,233	5,086	***
E1	<---	Ética	0,780	0,485	0,181	4,298	***
A4	<---	Altruísmo	1,000	0,614			
A3	<---	Altruísmo	1,647	0,869	0,295	5,591	***
A2	<---	Altruísmo	1,066	0,568	0,239	4,464	***

Tabela 8: Resultado da modelagem de equações estruturais

A modelagem de equações estruturais também foi utilizada com o objetivo de analisar a força das correlações existentes no modelo, partindo-se da hipótese de que todas as dimensões se relacionavam. O resultado da análise, segundo os outputs do software Amos, demonstrou que apenas três correlações eram significativas: Independência e Amparo no valor de 0,269; Moralidade e Ética no valor de 0,451; e Amparo e Altruísmo no valor de 0,382. Já as correlações não significativas obtiveram os seguintes valores: Independência e Moralidade – 0,118; Independência e Ética – 0,042; Independência e Altruísmo – 0,149; Moralidade e Amparo – 0,009; Moralidade e Altruísmo – 0,099; Amparo e Ética – 0,023; Ética e Altruísmo – 0,045.

4.6. Análise da média e desvio-padrão

Com o modelo já purificado, fez-se a análise da média e desvio-padrão das variáveis relevantes definidas pelo modelo final, Tabela 9. Como dito anteriormente, a escala de medição foi de 1 a 5, sendo assim, um valor acima de 3,50 foi considerado como uma média elevada. Percebe-se que as maiores médias foram encontradas na dimensão Independência do governo, evidenciando a percepção de que o governo deve prover pelos necessitados. Outra dimensão com médias elevadas foi a de Amparo, ou seja, os jovens pesquisados consideram necessário o amparo de pessoas desfavorecidas. As dimensões Ética de trabalho e Moralidade do bem-estar, que representam respectivamente, o valor do trabalho para as pessoas e a capacidade de conquistar seu bem-estar, apresentaram médias intermediárias, mas a maioria acima de 3,00. Por fim, as menores médias foram encontradas no construto de Altruísmo, evidenciando que o público pesquisado coloca a responsabilidade de políticas públicas sociais nas mãos do governo e não tanto como um esforço pessoal realizado de maneira altruística.

Itens	Descrição das variáveis	Média	Desvio-padrão
DIMENSÃO 1 – Independência do governo			
I6	Mulheres e crianças desassistidas merecem um maior apoio do governo	4,02	1,19
I8	O governo deveria acelerar seu plano para cuidar dos necessitados	4,19	0,96
DIMENSÃO 2 – Moralidade do bem-estar			
M1	Pessoas que recebem assistência governamental, por um grande período, tornam-se incapazes de manter-se em um trabalho	3,14	1,43
M3	É errado dar as pessoas dinheiro quando elas não trabalharam para tê-lo	3,40	1,38
M8	Assistência pública ajuda a fazer com que os pobres sejam mais produtivos em nossa sociedade	2,75	1,46

DIMENSÃO 3 – Amparo			
N1	Ajudar pessoas, em dificuldade a lidar com seus problemas, é muito importante para mim	3,51	1,28
N2	Pessoas necessitadas merecem nossa compaixão e apoio	3,61	1,22
N3	Alguém que é incapaz terá minha atenção e ajuda	3,65	1,22
DIMENSÃO 4 –Ética de trabalho			
E1	Se uma pessoa está disposta a trabalhar duro, não há motivo para que ela não seja bem-sucedida	2,62	1,42
E3	Um trabalho de qualquer tipo, mesmo que o salário seja ruim, é melhor do que ser ajudado	3,20	1,45
E4	Uma pessoa merece ganhar somente coisas que ela trabalhou para conseguir	3,53	1,14
DIMENSÃO 5 – Altruísmo			
A2	Pessoas que tem o suficiente para si têm a responsabilidade de fornecer para os necessitados	2,72	1,38
A3	Todos deveriam contribuir generosamente para aqueles menos favorecidos	2,89	1,41
A4	Eu acredito em doar generosamente para organizações que trabalham em ajudar o próximo	3,19	1,23

Tabela 9: Resultado das médias e desvios-padrão

5. Considerações finais

Os estudos sobre políticas públicas, em especial, as políticas públicas sociais estão se intensificando. Entretanto, durante o processo de construção teórica desse artigo, comprovou-se a incipiência do tema políticas públicas de bem-estar nas publicações nacionais, apesar de internacionalmente ser considerado *hot topic*.

As pesquisas sobre políticas públicas de bem-estar no Brasil, analisadas a partir dos eventos da ANPAD, apontam que a área está deficitária, tanto quanto ao número de publicações quanto ao avanço de proposições. Desta forma, este artigo buscou uma melhor compreensão do tema, trabalhando com um universo de jovens universitários dos cursos de Filosofia, Arquivologia, Produção Editorial, Jornalismo e Farmácia da Universidade Federal de Santa Maria. A escolha desse público deve-se ao fato de que os mesmos serão os principais formadores de opinião em um futuro próximo.

Com isso, o objetivo do artigo foi de traduzir e validar, para o Brasil, o modelo de avaliação das percepções quanto às políticas públicas de bem-estar proposto por Ahmed e Jackson. Para tanto, uma série de procedimentos foram adotados ao longo do estudo buscando o ajuste do modelo. Primeiramente, foi realizada uma análise do perfil dos respondentes da pesquisa, para, então, iniciar a análise do modelo em questão, proposto por Ahmed e Jackson (1979 apud Bearden et al., 1999).

A validação do instrumento foi realizada através do alfa de Cronbach e com tal análise foi possível reduzir o modelo inicial de 40 para 24 variáveis, mantendo as cinco dimensões originais (Independência do governo, Moralidade do bem-estar, Amparo, Ética de trabalho e Altruísmo). Observa-se que com tal ajuste o modelo total obteve um alfa de 0,847 e que a análise de cada dimensão do modelo apresentou alfas variando de 0,700 para Altruísmo a 0,782 para Amparo. Todos os índices superiores ao limite de 0,6 recomendado na literatura.

Posterior a validação do instrumento pelo alfa de Cronbach, procedeu-se a purificação do modelo pela análise fatorial exploratória. Neste sentido, utilizou-se a rotação VARIMAX e exclusão de variáveis com comunalidades inferiores a 0,50. Também foi mensurado se seria adequado a análise fatorial através dos testes de Barlett e KMO. Finalizando a fatorial exploratória com a análise das variâncias obtidas. Como resultado obteve-se um modelo de 15 variáveis divididas igualmente por cinco dimensões.

O relacionamento entre as dimensões do modelo foi possível transformando cada um dos fatores em uma única variável, assim cinco novas variáveis foram obtidas, sendo a

Independência do governo com maior média (4,28) e Altruísmo (2,93) com a menor média. Para essas novas variáveis foram analisadas suas correlações, não sendo encontrada correlação negativa e permitindo observar validade discriminante (através de correlações inferiores a 0,90 e correlações menores do que a variância extraída pelo fator).

Assim, procedeu-se a Análise Fatorial Confirmatória, inicialmente os índices estavam abaixo do recomendado e haviam melhorias sugeridas nos outputs do software sugeridas. Portanto, foi excluído a variável I7 e foram adicionadas três correlações (entre N2 e moralidade; E1 e A4; e M8 e E3). O modelo final apresentou os seguintes resultados: estatística qui-quadrado (χ^2) com o valor de 85,584; qui-quadrado/graus de liberdade ($\chi^2/g.l$) com valor de 1,34; RMSEA com valor de 0,058; RMR com valor de 0,164; GFI com valor de 0,896; NFI com valor de 0,826; RFI, com 0,753; IFI com valor de 0,950; TLI com valor de 0,924 e CFI com valor de 0,946. O ajuste do modelo é considerado satisfatório com índices próximos ao recomendado. Sendo um modelo unidimensional e com validade convergente comprovada.

Como última etapa desse trabalho, foram analisadas as média e desvio-padrão das variáveis do modelo final. Foi possível descrever que as maiores médias foram encontradas na dimensão Independência do governo, evidenciando a percepção de que o governo deve prover pelos necessitados e que as menores médias foram encontradas no construto de Altruísmo, evidenciando que o público pesquisado coloca a responsabilidade de políticas públicas sociais nas mãos do governo e não tanto como um esforço pessoal realizado de maneira altruística.

Em síntese, após a realização das análises, conclui-se que o modelo é considerado adequado. Aponta-se como fragilidade do presente estudo a modesta amostra utilizada. Como estudo futuro, sugere-se a utilização do modelo já purificado em amostra nacional mais abrangente, para confirmação dos resultados obtidos, e posterior comparação com resultados obtidos em diferentes localidades.

REFERÊNCIAS

- ANDRESS, H. J.; HEIEN, T. Four worlds of welfare state attitudes? A comparison of Germany, Norway, and the United States. **European Sociological Review**, v.17, n.4, p.337-56. 2001.
- BANKS, M. G. **An Extension of the Hirsch index: indexing scientific topics and compounds**. 2006. Disponível em < <http://www.arxiv.org/abs/physics/0604216> >. Acesso em 04 abril 2012.
- BEARDEN, W. O.; NETEMEYER, R. G.; MOBLEY, M.F. **Handbook of marketing scales: Multi item measures for marketing and consumer behavior research**. 2 ed. Califórnia: Sage Publications, 1999.
- BLEKESAUNE, M. Economic conditions and public attitudes to welfare policies. **European Sociological Review**. v.23, n.3, 393–403. 2007.
- BLEKESAUNE, M.; QUADAGNO, J. Public attitudes toward welfare state policies: A comparative analysis of 24 nations, **European Sociological Review**, v.19, p.415-27. 2003.
- DIAS, A. T. (2006). **A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 221f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Teses_dissertacoes/DissertacaoBolsaFamilia_UnB_2006.pdf>. Acesso em 13 abr. 2012.

- FADUL, E.; SILVA, L. P.; CERQUEIRA, L. S. (2010). Uma Análise do Campo da Administração Pública através da Produção Científica Publicada nos Anais dos EnAPGs. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4, 2010, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: EnAPG, 2010. Disponível em <http://www.anpad.org.br/ler_pdf.php?cod_edicao_trabalho=12610ecod_evento_edicao=54>. Acesso em: 13 abr. 2012.
- GAINOUS, J.; CRAIG, S.; MARTINEZ, M. Social Welfare Attitudes and Ambivalence about the Role of Government. **Politics and Policy**, v.36, n.6, p.972-1004. 2008.
- HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America** (PNAS), California, v.102, n.46, p.16569-16572. 2005.
- LJUNGE, M. Increasing Demands on the Welfare State? Trends in Behavior and Attitudes. **CESifo Economic Studies**, v.57, n.4, p.605-622. 2011.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing, uma orientação aplicada** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para Ciências Sociais**. 5 ed. Lisboa: Sílabo, 2010.
- QUADAGNO, J. Theories of the Welfare State. **Annual Review of Sociology**, v.13, p.109-128. 1987.
- TAYLOR-GOOBY, P. (1988). The future of the British welfare state: Public attitudes, citizenship and social policy under the conservative governments of the 1980s. **European Sociological Review**, v.4, n.1, p. 1-19. 1988.